

Meio ambiente é a ponte para protagonismo brasileiro no exterior

» MÁRCIO COIMBRA

Presidente do Conselho da Fundação da Liberdade Econômica e coordenador da pós-graduação em Relações Institucionais e Governamentais da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília

Retomada da imagem do Brasil na frente internacional é uma das metas do governo eleito, e a agenda ambiental é o principal atalho para esse objetivo. A pauta ajuda a abrir rotas de comércio, caminhos dentro de uma nova economia e a liderança do país em fóruns internacionais. Um caminho negligenciado nos últimos anos e que se apresenta agora como um trunfo para o resgate da imagem externa brasileira. Internacionalmente o país se tornou interlocutor respeitado no assunto logo depois de sediar a Rio 92, conferência internacional das Nações Unidas que recebeu dezenas de chefes de Estado e de governo, assim como lideranças ambientais e ONGs para amplo debate sobre os rumos da questão ambiental. A partir daquele momento, o Brasil, que retomava sua democracia, adquiria legitimidade real para tratar do tema.

Naquele momento, o Brasil se tornou pioneiro em criar uma estrutura governamental para sistematizar o setor. Detentor de uma das mais importantes biodiversidades do mundo, nosso país buscou conciliar uma agenda de desenvolvimento aliado a preservação, o que se passou a chamar de desenvolvimento sustentável. Assim passou a liderar a pauta em nível mundial como interlocutor indispensável na área.

Tanto na esfera multilateral, como nas relações bilaterais, a agenda ambiental fez parte importante da nossa política externa como tema relevante e estratégico. Isso significa, em outras palavras, que a percepção internacional do Brasil passou a transitar também por esse assunto.

Assim, nosso país se tornou um player relevante na matéria, servindo de referência ao longo dos anos em política ambiental por diversos governos — com um hiato nos últimos quatro anos de governo Bolsonaro, que, ao rejeitar a agenda, perdeu grande oportunidade de trabalhar de forma estratégica um tema que colocava nosso país nas grandes negociações e discussões internacionais.

Uma política de enfrentamento, como experimentou o governo que se despede, pode acarretar prejuízos internacionais. É responsabilizado, entre outras coisas, pelo atraso no acordo entre Mercosul e União Europeia devido à forma com que as lideranças brasileiras têm tratado o desmatamento desenfreado na Amazônia e isolou o Brasil no plano das discussões externas, colocando o país em uma espécie de quarentena internacional.

Os prejuízos foram sentidos inclusive no agromercado, que não quer perder negócios e sente a pressão internacional diante da omissão de Bolsonaro por escolhas sustentáveis. Maior desmatamento de todos os tempos, queimadas na Amazônia, lideranças ambientais assassinadas. O Brasil

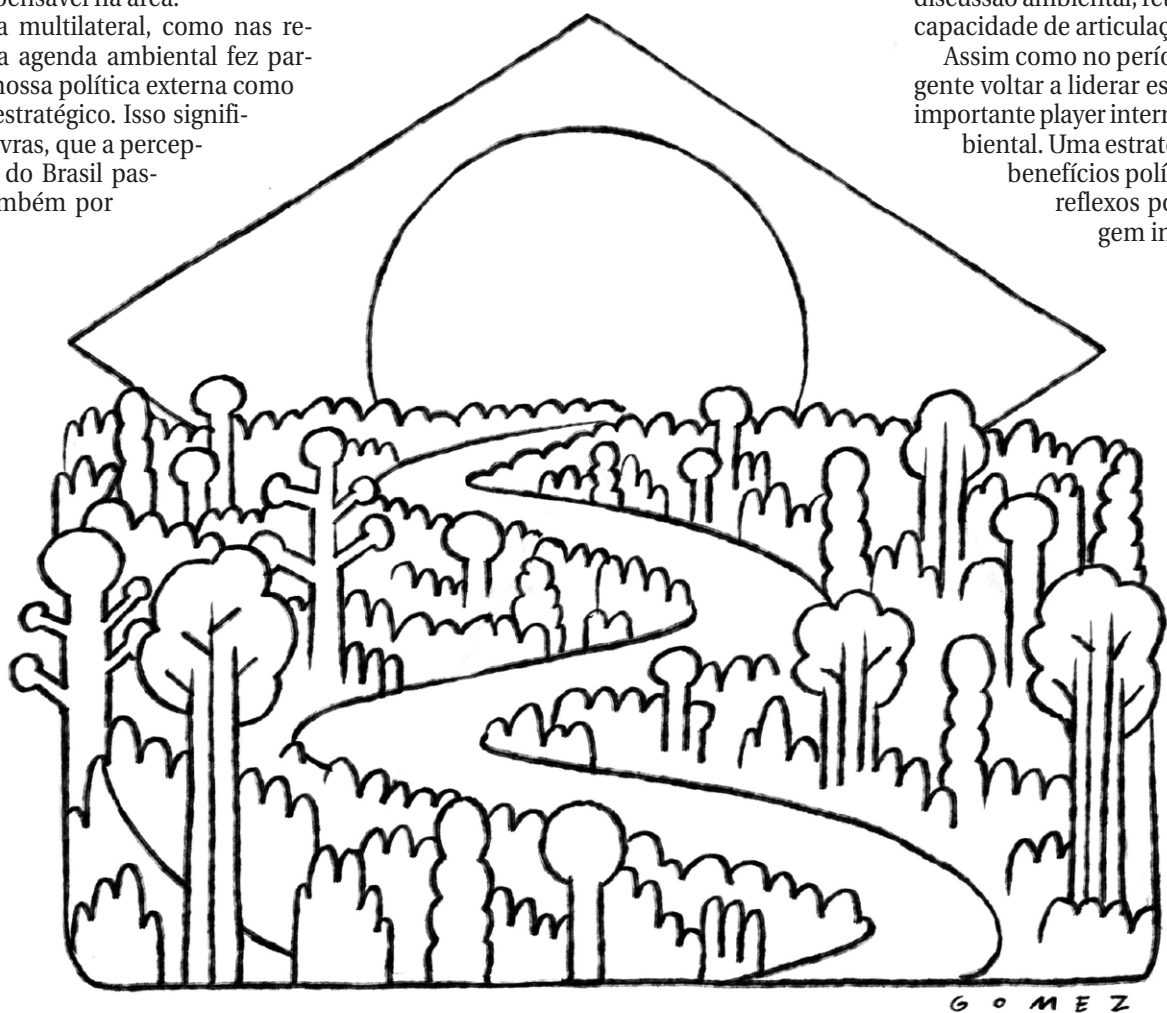
precisa de uma mudança de discurso e postura.

A coalizão eleita em torno de Lula sabe disso e a articulação para participar da 27ª Conferência das Partes da ONU para Mudanças Climáticas é a primeira grande sinalização do novo presidente eleito. Diz ao mundo, no maior palco de discussão do assunto que estamos prontos para fazer diferente e o Brasil quer assento em todas as importantes discussões.

Ao que tudo indica, no Egito, o Brasil começará a retornar para uma postura responsável e de protagonismo diante de um tema sobre o qual exerce liderança natural. Melhorar a imagem brasileira significa mais investimentos para o Brasil, voltar a ter trânsito nos organismos internacionais de forma consistente e ser ouvido em fóruns correlatos responsáveis por gerar liderança também em outros temas relevantes.

As sinalizações são boas para o Brasil dos próximos anos. O presidente eleito foi informado que Alemanha e Noruega retornaram os financiamentos do Fundo Amazônia. No palco da COP27, o presidente eleito ofereceu o Brasil como sede da conferência em 2025. Um movimento que colocará o nosso país no centro da discussão ambiental, retomando sua liderança e capacidade de articulação internacional.

Assim como no período pós-Rio-92, é inteligente voltar a liderar essa agenda como o mais importante player internacional em política ambiental. Uma estratégia de longo prazo com benefícios políticos e sociais, além dos reflexos positivos diretos na imagem internacional do Brasil.



A bola está com o Congresso

» ARISTIDES SANTOS / Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

» CACILDA RODRIGUES CAVALCANTI / Segunda secretária da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca)

» ÉLIDO BONOMO / Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)

» MARIANA SANTARELLI / Assessora da Fian Brasil e coordenadora do Observatório da Alimentação Escolar (ÓAE)

Enquanto o povo se vira para enfrentar a fome, aguardamos no Congresso Nacional uma votação decisiva para reerguer uma política pública imprescindível para a segurança alimentar e nutricional de milhões de brasileiros. Trata-se de derrubar um veto que o presidente Jair Bolsonaro (PL) impôs ao reajuste de 34% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), percentual necessário para repor as perdas inflacionárias sofridas desde 2017.

Após a correção dos valores ser aprovada pelo Legislativo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o chefe do Executivo barrou a medida em agosto, sob o argumento de que destinar R\$ 1,4 bilhão a mais à alimentação escolar poderia drenar dinheiro de outras áreas e estourar o teto de gastos previsto pela Emenda Constitucional nº 95. O veto volta ao Parlamento para apreciação.

O Pnae é uma das principais políticas do país com incidência direta sobre duas pontas do circuito de produção e consumo de alimentos. Beneficia tanto os 40 milhões de estudantes da rede pública quanto os agricultores familiares que fornecem alimentos adequados e saudáveis às refeições escolares. É o mais relevante programa para a garantia do direito humano à alimentação, que está prevista no art. 25 da Declaração dos Direitos Humanos e no art. 6º da nossa Constituição Federal.

Hoje, 33,1 milhões de pessoas não têm diariamente o que comer no Brasil, de acordo com o 2º Inquérito sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19. Segundo a mesma pesquisa, de 2020 para cá, a fome dobrou

nas famílias com crianças de até 10 anos de idade, passando de 9,4% a 18,1% dos lares em que elas estão. São estudantes de escolas públicas, com fome e dificuldade para aprender, numa fase da vida em que os indivíduos estão no auge do desenvolvimento do corpo e intelecto. Não por acaso, essa faixa etária é consagrada como “prioridade absoluta” na nossa Constituição, e o conceito de desenvolvimento biopsicossocial é central na Lei do Pnae (11.947/2009).

Além da urgência para corpos e mentes em construção, as refeições no ambiente escolar contribuem com a formação de hábitos saudáveis para a vida inteira, o que é de extrema relevância em um contexto de avanço do sobrepeso e da obesidade, decorrentes da má alimentação e do aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. A alimentação escolar servida nos clássicos pratinhos azuis tem as diretrizes alinhadas ao Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, hoje referência mundial sobre comida de verdade.

Atualmente, o Pnae conta com R\$ 4 bilhões de recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esse montante faz com que o repasse per capita da União para a maioria das etapas e modalidades de ensino fique abaixo de R\$ 1 — para os estudantes do ensino fundamental e médio — é apenas R\$ 0,36, valor que estados e municípios devem complementar.

A canetada do presidente dá sequência a uma série de decisões que prejudicam a agricultura

familiar. A lei estabelece que no mínimo 30% dos alimentos para o Pnae devem vir dessa categoria. A subseção do Dieese na Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares (Contag) calcula que o veto representará uma perda de até R\$ 563 milhões anuais em compras do segmento. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que abastece entidades da rede socioassistencial, por sua vez, teve o orçamento reduzido de R\$ 1 bilhão em 2012 para R\$ 2,6 milhões no Projeto da Lei Orçamentária (PLOA) de 2023. Durante a pandemia, o Executivo barrou a extensão do auxílio emergencial de R\$ 600 para os agricultores familiares que estavam fora do CadÚnico.

É diante desse cenário que nós, entidades e movimentos que se organizam em torno do Observatório da Alimentação Escolar (ÓAE), estamos em campanha para sensibilizar o Legislativo a derrubar o ato cruel de Bolsonaro, com uma petição aberta com a bandeira #DerrubaVetoReajustaPnae (bit.ly/campanhaPNAE). Reivindicamos os 34% agora e uma reposição maior no futuro próximo.

Contamos com a assinatura e o engajamento de todos — parlamentares incluídos — que se comprometem com a infância, a saúde e a vida digna no campo e na cidade. E esperamos do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a grandeza para colocar em votação o mais rápido possível esse tema decisivo para o conjunto de escolares e suas famílias. A bola está com o Congresso.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Vai que...

Ouvia sempre essa frase falada pelo filósofo de Mondubim: “O afoito come cru e fervendo. Felizmente queimar os lábios e a língua, o que o impedirá de falar antes de pensar”. Agindo desembaraçadamente como se fosse, de fato, o chefe do Executivo, o líder petista tem pressa. Alguns de seus bajuladores falam até em pedir a antecipação da posse, se possível para ontem. Vai que o tempo e os desdobramentos do que acontece hoje nas ruas de todo o país atalhe seus projetos. É preciso pois, mostrar serviço e agir em todas as frentes como se fosse aquilo que ainda não é. Vai que toda essa pantomima, acompanhada de perto pela torcida de boa parte da imprensa, consiga desviar as muitas dúvidas, que não cessam de aparecer. Não custa nada lembrar também o que repetia o filósofo de Mondubim: “A pressa é inimiga da perfeição e mãe do fracasso”.

Com uma estratégia dessa natureza, que parece forçar os acontecimentos, o negócio é não dar tempo para que os ventos mudem de rumo. Vai que a mudança na direção dos ventos, obrigue aqueles que não têm bússola ou direção a ficar a meio caminho, parados no marasmo e na calmaria.

Para justificar tamanha correria, é preciso primeiro construir narrativas do tipo: nesses últimos quatro anos, o Brasil ficou estagnado. Vai que o mundo indiferente acredite nessa hipótese. Há um modo para a apressar a chegada do ano novo: sair correndo e gritando, sem parar, que esse dia chegou. Pode não resultar em coisa alguma, mas, ao menos o tempo e o espaço serão percorridos de tal modo, que quando o dia chegar de fato, de tão exaustos, ninguém perceberá.

Vai que por uma dessas incongruências da vida esse tempo linear nunca aconteça. Ou passe a acontecer quando for tarde da noite. Outra característica da pressa é que ela impede a apreciação da paisagem em volta. Vai que nessa paisagem se vislumbre o nervosismo de milhões de brasileiros agitando bandeiras do país. A pressa e a afoiteza ganham ainda mais contradições, quando se verifica que não é velocidade imprimida e sim a direção que importa.

Vai que com essa correria, não se observe a tempo, o sinal de rua sem saída ou a aviso de abismo à frente. A pressa, ensinava o pai da História, Heródoto, gera o erro e a confusão. Por outro lado, é preciso ter em mente que mais proveitoso que a pressa é estar munido de meta. A ansiedade entorpece os sentidos.

Vai que nessa destrambelhada correria esse nosso distraído e agitado atleta esqueça de vestir as próprias calças e alguém grite: “Ele está nu!” Vai que essa nudez lhe exponha a alma e todos passem a ver de que material é feita. O problema com a pressa é que ela faz promessas que não poderão jamais serem cumpridas. Ou por falta de lastro na razão ou de tempo para reflexão. O que fica do trem que passa veloz é apenas a impressão de sua imagem.

Vai que essa pressa toda seja um jeito inconsciente de não parar para pensar nas consequências que virão. Pode ser que tudo não passe de uma tentativa de correr atrás de todo o tempo perdido, na tentativa vã de reescrever um passado breve, como todo o passado, mas cheio de acontecimentos ruins que deixaram um rastro de escombros por todo o país. Vai que as pessoas fiquem sabendo que a pressa é também cega e parece correr no num túnel escuro. Vai que tudo isso acabe sem sentido, bem na data que deveria começar.

» A frase que foi pronunciada

“Os homens, ocasionalmente, tropeçam na verdade, mas a maioria deles se levanta e sai correndo como se nada tivesse acontecido.”

Winston Churchill

Solidariedade

» No Varjão, o Centro Social Comunitário Tia Angelina vai fazer uma festa de Natal para a criança. Cestas básicas e panetones são bem-vindos como doação. Todas as crianças foram apadrinhadas com material escolar. Quem quiser participar, pode entregar as cestas básicas até o dia 27 próximo. A festa será em 9 de dezembro. Mais informações pelo número 3468-2480.

Erramos

» Fundada em 2017, Bäckerei, que significa “padaria” em alemão, é o nome certo da confeitaria que fica no Brasília Shopping e não usa gordura trans nos produtos. Publicamos Bakery.

Consumidor

» Começa a ser alternativa muito importante para os brasileiros. As receitas de manipulação passaram a ter validade depois da aprovação do projeto da ex-senadora Ana Amélia. O controle é rigoroso e para a manipulação é preciso a receita médica e documento do paciente.

» História de Brasília

O DFL andou cortando luz de diversas residências em Taguatinga. Não houve explicação para essa atitude. Fica, entretanto, constatado que não foi por falta de pagamento, mesmo porque o Departamento nunca cobrou uma única conta. (Publicada em 13/3/1962)